

CORREIO NO MUNDO

Joyce N. Boghosian/ Casa Branca



Palestina e mais sete países estão barrados dos EUA

Trump amplia restrições de entrada nos Estados Unidos

O presidente Donald Trump assinou um decreto que amplia a lista de países com restrições de ingresso nos Estados Unidos. A norma proíbe a entrada de cidadãos de sete nações, entre elas a Síria, no território americano. Segundo o comunicado, a Casa Branca impôs restrições totais a cidadãos de Burkina Fasso, Mali, Níger, Sudão do Sul e Síria, além de pessoas com documentos de viagem emitidos pela Autoridade Palestina.

A entidade, presidida por Mahmoud Abbas, governa parcialmente a Cisjordânia ocupada por Israel. Em setembro, Trump já havia negado visto para que Abbas participasse da Assembleia-Geral da ONU, em Nova York, obrigando o líder palestino a discursar por videoconferência no evento.

Decreto se estende a Serra Leoa e Laos

O decreto publicado na terça-feira (16) também estende o banimento total a Laos e Serra Leoa, que até então estavam sujeitos apenas a restrições parciais. O grupo de sete países, assim como membros da Autoridade Palestina, portanto, unem-se à lista inicial de 12 países que já eram considerados de “alto risco” pelos EUA. A primeira leva de restrições totais havia sido anunciada em junho deste ano.

Molly Riley/ Casa Branca



Proibições supostamente visam garantir a segurança

Restrições entram em vigor em 2026

Em junho, Trump proibiu a entrada de cidadãos de Afeganistão, Mianmar, Chade, República do Congo, Guiné Equatorial, Eritreia, Haiti, Irã, Líbia, Somália, Sudão e Iêmen. Agora, disse que as novas regras entram em vigor em 1º de janeiro de 2026. O comunicado afirma que as restrições visam “proteger o país contra ameaças à segurança nacional e à segurança pública” e que esses países têm “deficiências comprovadas [...] em triagem, verificação de antecedentes e compartilhamento de informações, para proteger o país contra ameaças às seguranças nacional e pública”.

Restrições parciais mantidas

O governo manteve restrições parciais para cidadãos de Burundi, Cuba, Togo e Venezuela. E ainda acrescentou restrições parciais a 15 países: Angola, Antígua e Barbuda, Benim, Costa do Marfim, Dominica, Gabão, Gâmbia, Maláui, Mauritânia, Nigéria, Senegal, Tanzânia, Tonga, Zâmbia e Zimbábue. Por outro lado, os EUA retiraram a proibição de vistos de visitante para cidadãos do Turcomenistão.

Apelo à ONU

A presidente do México, Claudia Sheinbaum, pediu na quarta (17) que a ONU atue para “impedir qualquer derramamento de sangue” na Venezuela. A declaração ocorreu um dia após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciar um bloqueio naval a petroleiros que entram ou saem da Venezuela.

Responsabilidade

O cerco aumentou a pressão sobre o regime de Maduro. Sheinbaum afirmou não ter visto até o momento uma reação das Nações Unidas à medida anunciada por Washington. “[As Nações Unidas] devem assumir seu papel para impedir qualquer derramamento de sangue e sempre buscar soluções pacíficas para os conflitos”.

Soberania

Sheinbaum ressaltou que, independentemente das avaliações sobre o regime da Venezuela e sobre a liderança de Nicolás Maduro, a posição do México é clara. Segundo ela, o país deve manter uma postura de rejeição a qualquer tipo de intervenção externa ou interferência estrangeira.

Constituição

“Apelamos ao diálogo e à paz, não à intervenção, em qualquer disputa internacional. Essa é a nossa posição, baseada na convicção e na Constituição”, afirmou a presidente mexicana, ao defender uma solução pacífica para a crise, e ao comentar a nova estratégia de pressão adotada por Donald Trump contra Caracas.

Não à guerra

Em meio ao aumento da pressão, o ditador Nicolás Maduro pediu, em inglês, “No War, Yes Peace” (não à guerra, sim à paz) durante um evento na capital da Venezuela nesta terça-feira (16). Ele também usava um boné vermelho com a frase estampada. O líder chavista apresentou uma versão em rock do jingle.

Sim à paz

Maduro afirmou que a música representa o seu desejo pela paz e disse que o seu boné carrega uma “mensagem central” e que a peça de roupa será “conhecida nacional e internacionalmente”. O líder chavista tem dançado ao som de diferentes remixes da canção e falado frases em inglês para pedir que os EUA não iniciem uma guerra.



Macron vai fazer de tudo para embarrear a aprovação

França se opõe ao acordo entre UE e Mercosul

Macron promete ‘forte oposição’ ao acordo entre UE e Mercosul

O presidente da França, Emmanuel Macron, que o país vai se opor fortemente a qualquer tentativa da União Europeia de forçar a aprovação de um acordo comercial com o Mercosul. Segundo um porta-voz do governo francês, Macron voltou a se opor ao texto em reunião de gabinete na quarta (17). No dia anterior, o mandatário já havia manifestado seu descontentamento com as condições atuais e defendeu o adiamento da assinatura.

A França também quer salvaguardas mais rígidas, incluindo “cláusulas espelho” que exigem que os produtos do Mercosul cumpram as regras da UE sobre o uso de pesticidas e cloro, além de inspeções mais rigorosas de segurança alimentar.

“Ninguém entenderia se vegetais, carne bovina e frango quimicamente tratados com produtos proibidos na França chegassem ao nosso solo”, disse a porta-voz do governo francês, Maud Bregeon.

Defensores do acordo afirmam que ele não substituiria as regulamentações existentes da UE sobre padrões alimentares.

O Parlamento Europeu, a Comissão e o Conselho, o agrupamento de governos da UE, devem negociar um acordo sobre as salvaguardas do Mercosul ainda nesta quarta-feira, depois que os legisladores da UE apoiaram o fortalecimento de alguns controles sobre importações de certos produtos agrícolas.

Na terça-feira (16), o Parlamento Europeu aprovou o texto com as salvaguardas pedidas para amenizar

a intransigência da França, principal opositora do tratado.

A Casa adotou uma regra mais severa que a proposta formulada pela Comissão Europeia. Bruxelas lançará uma investigação se a flutuação nos preços de mercadorias sensíveis for maior do que 5%, contra 10% do texto inicial. Será exigido também que os produtos do Mercosul sejam sancionados se não cumprirem com os exigentes padrões sanitários e ambientais do bloco.

O lado sul-americano tem interesse no acordo pelos produtos agrícolas, enquanto o lado europeu se interessa pela exportação com tarifas mais baixas ou zeradas de veículos, máquinas, serviços e vinhos.

Havia a expectativa de que a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, viajasse para o Brasil neste sábado (20) para assinar o acordo, alcançado há um ano depois de 25 anos de negociações com o bloco formado por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Antes, o acordo precisa ter o aval do Conselho da UE, que tem os 27 países-membros. A França já declarou sua oposição ao acordo e tem o apoio de Itália, Polônia e Hungria, o que deixa próximo de uma minoria de bloqueio antes inimaginável no conselho.

Para barrar uma proposta no fórum, que funciona como um colegislador e é formado por ministros dos 27 integrantes do bloco, é preciso reunir ao menos quatro países e uma fatia correspondente a 35% da população da UE.